



## **A CONSTITUIÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS: UM ESTUDO EM EVIDÊNCIA.**

Ana Caroline Marques de Araújo<sup>1</sup>  
Ranielly da Silva dos Santos<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A sala de recursos (SR)<sup>3</sup> é um ambiente que oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE)<sup>4</sup> nas escolas públicas, que possui caráter pedagógico e acessibilidade visando incluir os alunos público-alvo da educação especial matriculados em classes comuns. Segundo o art 5º do Conselho Nacional de Educação, através da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, foi estabelecido diretrizes que coloca o AEE como prioridade da Salas de Recursos, sendo que o mesmo não substitui a classe comum.

Sabendo das especificidades encontradas nas SR das escolas públicas é necessário que o professor tenha uma formação que o habilite para esse público. De acordo com o art 12º da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, para ser realizado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) o professor deve ser capacitado para o exercício da docência e ter formação específica em Educação Especial.

Os alunos público-alvo do AEE de acordo com documentos oficiais são estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Para o acesso ao AEE o aluno precisa estar matriculado em um turno no ensino regular, para no contraturno frequentar a SR.

Diante dos critérios para a existência de Sala de Recursos na escola pública, que atenda a demanda do ambiente escolar e esteja de acordo com a lei, procuramos conhecer

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, [marqueskarol83@gmail.com](mailto:marqueskarol83@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, [raniellysantos16@gmail.com](mailto:raniellysantos16@gmail.com)

<sup>3</sup> Local onde é ofertado Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas públicas. Essas salas são equipadas com materiais e recursos pedagógicos e de acessibilidade com intuito de serem utilizados com o público-alvo que frequentam esse espaço, por exemplo: estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superlotação

<sup>4</sup> É um serviço ofertado ao público-alvo da Educação Especial que visa elaborar estratégias pedagógicas garantindo desenvolvimento e participação destes alunos.



o processo de constituição da mesma, e assim, responder a seguinte pergunta: como se deu a implantação de 2 (duas) Sala de Recursos em Teresina-PI?

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o funcionamento e a constituição histórica em duas salas de Recursos de duas escolas públicas de Teresina-PI. E como objetivos específicos, temos: verificar a formação dos professores que exercem as atividades nessas salas, descrever o perfil dos alunos atendidos e identificar dados a respeito da constituição histórica das duas escolas onde a pesquisa foi realizada.

O presente estudo justifica-se pela relevância que traz para o cenário da educação especial, no sentido de apresentar a realidade das SR de Teresina-PI, com o intuito de oferecerem serviço de qualidade para as SR, especificadas na legislação. Apresentar para a sociedade o direito de acesso e permanência do público-alvo da educação especial e como as intuições públicas de ensino básico podem aderir a esse serviço, de maneira que atenda as demandas existentes nas redes de ensino.

## **METODOLOGIA**

No presente estudo realizamos pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, lançando mão da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, também foi feito leituras de documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com intuito de dar base as análises. As pesquisadoras realizaram a investigação em duas instituições públicas que possui sala de recursos, em Teresina-PI.

Foi realizado entrevista com dois profissionais que atuam na SR, de escolas distintas, onde chamaremos o primeiro professor de P1 e o segundo professor entrevistado de P2.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Após a Declaração de Salamanca (1994)<sup>5</sup> o Brasil começou a pensar em uma nova forma de atendimento e serviço aos estudantes com deficiência. Desse modo, entre as maneiras pensadas para atender o público-alvo da educação especial encontra-se a Sala de

---

<sup>5</sup> A Conferência Mundial sobre Educação Especial ocorreu em 1994, em Salamanca, na Espanha. O objetivo da conferência foi fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais para o movimento de inclusão social.



Recursos. Segundo Brasil (2001. p 50), “a sala de recursos oferece serviços de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa e complementa, em diferentes casos, o atendimento educacional realizado em classes comuns.”

De acordo com o manual de orientação para implantação de Salas de Recursos, do Ministério da Educação (MEC) a fundação dessas salas nas escolas públicas tem o objetivo de proporcionar o acesso, participação e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial no ensino regular.

A sala de recursos possui uma trajetória histórica até se constituir como tal. A partir da década de 1960, com a luta dos Direitos Humanos, houve a criação da proposta de unificação da educação especial com a educação comum, bem como argumentos racionais e científicos que apontaram que a colocação das pessoas com deficiência na escola seria benéfica, tanto para as pessoas com deficiência quanto para seus pares sem deficiência. A princípio, tal proposta baseava-se em um conceito denominado integração, o qual pressupunha que os alunos deveriam se adaptar ao ambiente escolar. Mendes (2006) destaca críticas importantes a esse conceito, em que a passagem de alunos com necessidades educacionais acontecia de um nível mais segregado para outro mais integrador.

No entanto, na prática dificilmente se concretizava uma inclusão de fato, pois os alunos eram separados em uma sala especial específica da escola e seu desenvolvimento partia apenas do progresso dos mesmos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A primeira escola pesquisada atende alunos do 7 ano do Ensino Fundamental ao 2 ano do Ensino Médio, assim, chamaremos de P1 o profissional que atua na SR dessa escola. A segunda escola que foi efetuada a pesquisa atende alunos do Ensino Fundamental e chamaremos de P2 o professor que trabalha na SR da instituição.

Inicialmente os entrevistados foram indagados sobre sua formação acadêmica, a Constituição histórica da SR em que atuam e as demandas atendidas nas SR. A P1 afirmou possuir formação em Licenciatura Letras Português/Inglês e especialização em Educação em AEE com Docência Superior, já o professor P2 respondeu que possui formação em Licenciatura Plena em Filosofia e especialização em Gestão competitiva empresarial e Mestrado na área de ciências da educação com ênfase nos desafios dos professores do ensino



médio com alunos surdos. De acordo com a resolução do CNE/CEB n 4/2009, art 12, além da formação para docência, o profissional para atuar no AEE, precisa possuir habilitação específica em Educação Especial.

Tratando da constituição histórica das Salas de Recursos nas escolas pesquisadas, o P1 relatou que antes da SR na escola existia uma sala específica que atendia os alunos público-alvo da educação especial, devido à grande demanda que a mesma possuía. Em 2009, depois de uma reforma na instituição, foi criada a Sala de Recursos tipo I, no mesmo espaço onde o profissional P1 atua desde 2011. Em contrapartida, a SR em que o P2 atua é do tipo II, implantada em 2010, sendo que em 2011 o P2 foi o primeiro a iniciar atendimento na sala.

No ato da entrevista, em resposta a questão das demandas atendidas atualmente na sala de recursos, o professor P1 relatou que atende 13 alunos com Transtorno Opositor-Desafiador (TOD), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Na SR em que o P2 realiza atendimentos, possui alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, Síndrome de Down, Deficiência Intelectual leve, Surdez e alguns com características específicas sem laudo.

Quando questionados sobre as dificuldades encontradas nas Salas de Recursos, levando em consideração a estrutura da sala, o profissional P1 informou que seu desafio é a falta de materiais didáticos para trabalhar com alunos do ensino médio, já que possui essa demanda na sala e considera a estrutura ótima. O professor P2 relata não possuir nenhuma dificuldade na SR e acrescentou que constrói seu próprio material quando necessário.

Ao final da entrevista efetuada com os dois profissionais que atuam na SR de escolas diferente, destacaram a importância da SR para o desenvolvimento dos alunos e as dificuldades enfrentadas com a relação da família e escola e, conseqüentemente, com a sala de recursos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com os resultados é possível perceber que a formação acadêmica dos profissionais das salas investigadas condiz com a legislação que rege sobre o perfil do profissional que faz atendimento no campo do AEE. Através da pesquisa também foi possível observar que ambas as SR apresentam, de certa forma, estrutura capaz de atender demandas que envolvem o público da educação especial.



Por fim, no que diz respeito ao perfil do aluno atendido vemos que os profissionais atendem demandas que não estão previstas nos documentos oficiais que descrevem os tipos de aluno que podem e devem ser atendidos nas SR, a saber: TOD, TDAH e Síndrome de Down. Contudo, é indubitável afirmar que cada escola se adequa de acordo com o contexto que esta inserida, e nem sempre é possível seguir a risca pautas estruturantes do sistema legal que regem as salas recursos.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Sala de Recursos. Atendimento Educacional Especializado.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL, **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Ministério da Educação e Cultura (MEC), 2011.

BRASIL. **Manual de orientação: programa de implementação de sala de recursos.** Ministério da Educação e Cultura (MEC), 2010.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, p 387-405, 2006.